



www.institutobuzios.org.br

Sobre algumas vitórias recentes da luta afro-brasileira



Idelber Avelar - Alguma coisa mudou no debate sobre raça no Brasil, e mudou significativamente. Entre os que acompanham o tema há mais de uma década, não houve quem não percebesse um deslocamento auspicioso, uma ligeira mudança na correlação de forças, uma nova fresta aberta para a luta afrobrasileira. A vitória unânime das cotas no STF é um capítulo importante do processo, mas ela não foi, necessariamente, sua causa principal. A histórica derrota imposta à ADI 186, do DEM, que pleiteava que o STF declarasse inconstitucionais as cotas raciais no ensino superior (depois de o STF as ter adotado para a contratação de seus próprios funcionários!), representou um emblema, uma espécie de alegoria deste novo momento da luta. A mudança é real, mas convém não exagerar na euforia: se há uma lei universal no combate, é a de que as coisas sempre podem piorar. Nos últimos meses, elas melhoraram um pouco, com acontecimentos que, talvez, possam fazer alguma diferença positiva na monstruosidade racista que são nossas prisões, escolas, polícias, ruas, hotéis e entrevistas de emprego. O Brasil desenvolveu um elaborado aparato de denegação e acobertamento de seu racismo, uma notável coleção de sofismas, falsidades, distorções, meias-verdades e estereótipos que viajam entre a literatura acadêmica, o discurso jornalístico e o senso comum dos beneficiados pelo racismo. Leia na íntegra o [artigo de Idelber Avelar](#). Fonte: Revista Fórum.

Valdisio Fernandes: Movimento Negro Contemporâneo, Lutas e Desafios

“Para pensar o movimento negro contemporâneo é preciso buscar algumas referências no passado. Eis alguns marcos centrais: Luta e resistência sempre foram características da população negra no Brasil. O movimento negro é o mais antigo movimento social brasileiro, em mais de quatro séculos anos de luta, dos quilombos ao movimento negro contemporâneo. O primeiro navio negreiro aportou aqui em 1534 e os primeiros registros do Quilombo dos Palmares datam de 1597. A primeira forma de organização do movimento negro são os quilombos, que se estruturavam na clandestinidade ou semi-clandestinidade. No pós-abolição, a organização do movimento negro se dá principalmente na legalidade, com a criação de clubes e associações negras que ocorre a partir de 1897, e se intensifica no período de 1918 – 1924”. Leia o resumo da [exposição de Valdisio Fernandes](#) no Seminário Equidade Racial e Fortalecimento institucional, promovido em Salvador-Ba pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE. O encontro contou com a participação de dirigentes de organizações negras dos estados do nordeste.

Diante da atual crise civilizatória, a Cúpula dos Povos buscou soluções para enfrentar o sistema de produção capitalista e imperialista

A concentração de poder e renda e as desigualdades estruturais de raça e gênero, dentre outros aspectos são a problemática principal e causas das injustiças social e ambiental. A princípio a crise econômica e civilizacional a nível global não tem soluções prontas. É necessário mudar por completo o sistema. “As sínteses aprovadas nas plenárias integram e complementam o documento político lançado no final do encontro, para que os povos, movimentos e organizações possam continuar a convergir e aprofundar suas lutas e construção de alternativas em seus territórios, regiões e países em todos os cantos do mundo. Leia a [matéria completa](#) e confira o documento na íntegra. Evani Lima da Silva.

Consolidação da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas

No Encontro Nacional realizado nos dias 15 a 21 de junho no Rio de Janeiro, como evento integrado à Cúpula dos Povos, cerca de 800 quilombolas de 10 estados representando 150 comunidades, deliberaram pela consolidação da Frente Nacional em Defesa da Titulação dos Territórios Quilombolas – FNQ. Ao final do encontro foi lançado o documento com as resoluções e a Carta de Princípios. A Frente se constitui numa ferramenta real e legitimamente quilombola, afirmando sua autonomia em relação ao Estado, aos governos e partidos políticos. Objetiva a efetivação dos direitos constitucionais de mais de 5000 comunidades quilombolas do Brasil, com a titulação coletiva e definitiva dos territórios quilombolas, assegurando a preservação da cultura, dos saberes e meio ambiente. A Frente tem na sua direção lideranças quilombolas que enfrentam as maiores demandas com o Estado Brasileiro, o agronegócio, e as mineradoras e vincula-se diretamente às comunidades com a articulação nacional de seus representantes. A FNQ tem compromisso com a luta contra todas as agressões, injustiças e, sobretudo com a defesa da vida das lideranças quilombolas e indígenas, vítimas de terrorismo e assassinatos. Leia o [Documento na íntegra](#) e a [Carta de Princípios](#).

Tese sobre quilombolas é eleita a melhor do país

A melhor tese de doutorado do país em antropologia: “Fiéis Descendentes: Redes-Irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses”, foi produzida na Universidade de Brasília. A história dos quilombolas no Mato Grosso do Sul, sob a perspectiva do campesinato e da memória de seus idosos, além da luta política pelo direito à terra dessas comunidades, resultou em mérito e reconhecimento à pesquisa desenvolvida pelo professor-substituto do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Carlos Alexandre Plínio dos Santos. O estudo foi selecionado pelo Prêmio Capes de Tese Edição 2011, divulgado nesta semana. Foram eleitas as 45 melhores teses de doutorado, defendidas em 2010, em diferentes áreas do conhecimento. Acesse a [tese para consulta e download](#). Fonte: Combate ao Racismo Ambiental | UNB.

Cartilha em Defesa dos Povos e dos Territórios

“Como os povos, comunidades e populações tradicionais podem agir em situações de violência, agressões, expulsões e tantas outras violações de seus direitos? Por que nossos direitos, mesmo assegurados nas Leis e na Constituição do Brasil não são efetivados e respeitados? A ausência ou a negação de informações sobre os direitos e os meios de acesso a eles gera situações de injustiça para as populações, comunidades e povos tradicionais que vivenciam as tensões geradas por conflitos socioambientais, pois, dentre outras, compromete a democratização da sociedade e o direito às diversidades”. O texto acima é a parte inicial da Apresentação da cartilha Orientações e informações para a defesa dos territórios, dos direitos e da liberdade, organizada pelo GT Combate ao Racismo Ambiental. Produzida pelo Instituto Terramar e pela RENAP, ela foi pensada para servir como um instrumento ao mesmo tempo de luta e de defesa para povos e comunidades. Confira a [cartilha para consulta e download](#). Fonte: RBJA.

Makota Valdina Pinto: Um jeito negro de ser e viver

A trajetória de Valdina Pinto, é a história de uma mulher negra, professora, líder comunitária e religiosa, marcada pela fé e pela luta por dignidade de todos os brasileiros afro-descendentes, mui especialmente das mulheres negras. Ela foi contada no vídeo-documentário “Makota Valdina: Um jeito negro de ser e viver”, um dos vencedores do Primeiro Prêmio Pmares de Comunicação – Programas de Rádio e Vídeo, realizado em ano (2005). Nascida, criada e sempre moradora do Engenho Velho da Federação, bairro de Salvador onde se registra a maior concentração de Terreiros de Candomblé, ela é reconhecida como educadora, religiosa, ambientalista e militante negra. No ano de 2005, foi proclamada “Mestra de Saberes” pela Prefeitura Municipal de Salvador. Leia a [entrevista](#) e assista ao [vídeo-documentário](#) no site do Instituto Búzios.

Violência e Cidadania: Aspectos Relacionados às Mulheres Negras

Caroline Santos da Silva - Frente às discussões atuais acerca do racismo, em níveis nacional e internacional, cada vez mais têm estado em pauta o processo de constituição de organizações coletivas negras, demonstrando a diversidade de composição e das reivindicações desse grupo populacional. Buscando contribuir com esta discussão, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o contexto social de constituição e desenvolvimento da cidadania e da violência no Brasil, especialmente nos aspectos que se relacionam às mulheres negras, a partir da articulação entre raça, classe e gênero. Da mesma forma, busca analisar a constituição dessas enquanto sujeitos políticos, articulando tais questões à emergência do que estamos chamando de "cidadania negra feminina", especialmente a partir do início de sua organização autônoma no Brasil, datada da década de 1980. Leia o [texto na íntegra](#). Fonte: Geledés.

Código Nacional de Ética e Disciplina Litúrgica da Religião Afro-Brasileira

Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro - FENACAB - Após várias reuniões com representantes das diversas etnias, das casas de matriz africana e dos diversos estados brasileiros, decidiu-se sobre a confecção de um livro com o Código de Ética e Disciplina Litúrgica dos Sacerdotes e Adeptos da Religião Afro-Brasileira, baseado na Carta Magna do nosso País que, em seu Artigo 5º diz: "É inviolável a Uberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos Religiosos e garantida na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias". E é justamente estas liturgias e os dogmas que o presente Código de Ética e Disciplina pretende atender com o mesmo denodo humilde e abastardo, não permitindo que o anseio de ganho material sobreleve à finalidade social e espiritual, aprimorando-se no culto dos princípios éticos e no domínio da ciência religiosa, de modo a tornar-se merecedor da confiança da sociedade como um todo, pêlos atributos intelectuais e pela probidade pessoal, em suma, preservar a dignidade dos sacerdotes que honram e engrandecem a nossa religião. Confira o [código na íntegra](#). Lucineri Viana | Fonte: Fenacab.

Pesquisador da UnB produz mapeamento inédito da diáspora africana

O Brasil, passa a contar agora com um amplo e inédito mapeamento dos deslocamentos dos povos africanos durante quatro séculos de escravagismo e colonialismo. Quinze anos de pesquisa do professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Rafael Sanzio dos Anjos, resultaram no Mapa temático educacional: geopolítica da diáspora África – América – Brasil – séculos XV – XVI – XVII – XVIII – XIX: cartografia para educação. O mapa foi lançado nesta semana, por ocasião do colóquio de geopolítica ocorrido na Universidade. Os principais eixos que compõem o produto são os seguintes: as grandes unidades étnicas dos povos africanos, os sentidos desses deslocamentos para várias partes do mundo, referências dos principais portos e cidades que se estruturaram e enriqueceram com o tráfico negreiro. O produto cartográfico colorido em grande formato (1,20m x 1,74 m) está sendo vendido por R\$ 100. Informações adicionais podem ser encontradas no site <http://www.ciga.unb.br/>. Leia a [matéria completa](#). Lilian almeida e Natália Machado | Fonte: Correio Brasiliense.

A Realidade do Aborto no Brasil

Parte do problema está revelado. Dados oficiais apontam 220 mil curetagens feitas por ano na rede pública em função de abortos, ao custo de aproximadamente R\$ 35 milhões. O índice revela ainda que, aos 40 anos, uma em cada cinco brasileiras já interrompeu ao menos uma gravidez na vida, metade delas com complicações. O percurso traçado desde o atraso menstrual, entretanto, ainda era um capítulo obscuro nesse tema tão polêmico para a sociedade. Estudo inédito, financiado pelo Ministério da Saúde e obtido pelo Correio, jogou luz sobre a questão, mostrando que mais de 63% das mulheres utilizaram exames de sangue e ultrassom para ter certeza da gestação. Isso indica que se submeteram a profissionais de saúde anunciando a suspeita da concepção não planejada. Esse contato, momento em que seria possível adotar uma política de redução de danos, não as impediu de optarem por formas inseguras para dar cabo da gravidez. Sob o título [Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras](#), o estudo, feito a partir de entrevistas com 122 brasileiras, traz o dado revelador exatamente no momento em que o governo federal, sob pressão social e política, desistiu da ideia de discutir um serviço de aconselhamento na rede pública a quem não deseja ter um filho. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Instituto Búzios | Observatório da Mulher | Correio Brasiliense.

SBPC: Revista Ciência e Cultura sobre o aborto

Recentemente lançada, a edição de abril/junho 2012 da Revista Ciência e Cultura (vol.64 no. 2 São Paulo, ISSN 0009-6725), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, trata de um tema ao qual a sociedade brasileira é particularmente sensível: o aborto. O dossiê, coordenado pela bióloga Rute Maria Gonçalves de

Andrade, tratou o tema sob os diferentes enfoques, seja saúde pública e da mulher, os aspectos legais e religiosos, seja a evolução das conquistas femininas no Brasil e em outros países. Acesse [todos os artigos](#). Fonte: Grupo de Estudos sobre o Aborto – GEA.

Débora Diniz: Brasil trata problema do aborto ilegal com superficialidade

Há dez anos fazendo pesquisas sociais sobre a prática de aborto no Brasil, a antropóloga Débora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), está investigando os caminhos percorridos pelas mulheres para fazerem aborto ilegal. O objetivo do estudo, assim como o da primeira Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), feita há dois anos, “é poder instrumentalizar a política de saúde no Brasil”. Débora Diniz assina novos artigos na Revista Ciência & Saúde Coletiva, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Pública (Abrasco), a ser publicada no próximo mês. Antes de viajar para Nova York, onde participa de uma reunião de trabalho, a antropóloga conversou com a Agência Brasil. Leia a [entrevista](#). Fonte: Agência Brasil.

Ofensiva antiaborto cresce cada vez mais no Ocidente

A maré conservadora avança. Contra o aborto, a educação sexual, a contracepção, o casamento entre homossexuais. E os grupos que se opõem abertamente a estes direitos ganham cada vez mais terreno na Europa e nos Estados Unidos. Muito organizados e muito bem financiados, eles buscam contrariar os avanços em saúde sexual e reprodutiva que demoraram décadas a ser conquistados. Seu discurso, graças a sistemas políticos cada vez mais conservadores, ressurge e ocupa um espaço crescente na agenda política. E aproveitam esse suporte com iniciativas para introduzir nas leis ideias de que a vida começa na concepção ou que as escolas devem ensinar a importância da abstinência sexual. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Comissão de Cidadania e Reprodução - CCR | O Globo.

Campanha para apresentar o Estatuto da Diversidade Sexual por iniciativa popular

Depois do julgamento do STF, que reconheceu as uniões homoafetivas como entidade familiar, é preciso que todos os direitos sejam positivados. Também é indispensável a criminalização da homofobia e a adoção de políticas públicas para coibir a discriminação. A Comissão da Diversidade Sexual da OAB elaborou o Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual. Apresentar o projeto por iniciativa popular é a forma de a sociedade reivindicar tratamento igualitário a todos os cidadãos, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Trata-se da primeira mobilização social pela cidadania da população LGBT. Para isso é necessário colher só 1 milhão e 400 mil assinaturas. Acesse: [para participar da campanha](#) e assinar online a petição pública. Fonte: Católicas Pelo Direito de Decidir.

Novo Cadastro do Incra promete maior controle fundiário das terras brasileiras

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com a Receita Federal, irá criar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). De acordo com o Diretor de Ordenamento de Estrutura Fundiária do órgão, Richard Martins Torsiano, “o CNIR é um passo importante que o governo dá e que certamente irá ajudar na Reforma Agrária. Todo país que quer fazer o controle fundiário de suas terras precisa de um cadastro efetivo, e o CNIR vem para isso”. O Diretor afirma que o cadastro, ao compartilhar dados entre Receita e Incra, dará mais condições para o Instituto identificar recursos ociosos, como terras improdutivas e griladas. O CNIR também irá utilizar o sistema de georreferenciamento, que consiste na localização e demarcação precisa dos imóveis rurais cadastrados. O georreferenciamento começou a ser utilizado no cadastro Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR-GEO), e a expectativa é que o CNIR aprimore esse método. Leia a [matéria completa](#). Fonte: MST.

Servidores denunciam “desmanche estrutural” do Incra e do Desenvolvimento Agrário

Em uma carta pública, funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) denunciam que a política do governo atual está sucateando os órgãos de desenvolvimento agrário, tornando impossível a efetivação de incentivos para a mudança no padrão de produção agrícola no Brasil, cumprindo a legislação ambiental, incentivando métodos agroecológicos, ao invés da utilização massiva de agrotóxicos e insumos tóxicos. A missão do INCRA e do MDA é, principalmente, realizar a reforma agrária; promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos

remanescentes das comunidades quilombolas. Entre essas atribuições estão ainda a fiscalização do cumprimento da função social dos imóveis rurais, além de regularizar e ordenar a estrutura fundiária do País. Leia a [carta na íntegra](#). Elenice Semini | Fonte: Instituto Carbono Brasil.

Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira

A Fundação Nacional do Índio, por meio de sua Coordenação Geral de Documentação e Tecnologia da Informação, oferece ao público uma coletânea dos atos constitucionais, supra e infraconstitucionais que regulamentam as relações do Estado brasileiro com as sociedades indígenas brasileiras. A iniciativa no sentido de reunir, sistematizar e disponibilizar os atos e normas em vigor que orientam a política indigenista, com o lançamento da Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas, teve prosseguimento com a presente edição de autoria de Luiz Fernando Villares e Silva. Confira a [publicação](#). Fonte: Boletim Famaliá 146 | Funai.

A internet BR faz 20 anos

Na semana seguinte à Rio 92, quando todos os chefes de Estado e especialistas e diplomatas já haviam deixado a cidade, ficou uma herança. Ganhamos de presente a internet. Antes da conferência, só era possível entrar na rede através de umas poucas universidades. O Laboratório Nacional de Computação Científica, próximo à UFRJ da Praia Vermelha, no Rio, Unicamp e USP, em São Paulo. Para ter conta, só sendo professor e aluno com autorização por escrito. Ou, uns parques, que acessavam contas piratas nessas mesmas universidades (colunistas de jornal, dizem, eram uma praga). Aí veio a Rio 92, o lbase, e tudo mudou. A internet brasileira tem muitos pais, engenheiros que, desde 1986, lutaram dentro de suas instituições para ligar a academia à rede tão fundamental para a conversa científica. Mas foi um deles que trouxe a internet para fora dos campi: Carlos Afonso, o C. A. Leia a [matéria completa](#). Fonte: O Globo.

Lei de Acesso à Informação: Cartilha de Orientação ao Cidadão

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada “Lei de Acesso à Informação”, regulamenta o direito à informação garantido pela Constituição Federal, obrigando os órgãos públicos a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. São seus objetivos, portanto, fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência e o controle social na administração pública. Para isso, a divulgação desinformações de interesse público ganha procedimentos, a fim de facilitar e agilizar o acesso por qualquer pessoa, inclusive com o uso da tecnologia da informação. A Câmara dos Deputados preparou este guia com as novas determinações trazidas pela Lei nº 12.527/11. Ele pretende destacar os principais pontos da norma e apresentar as diversas formas de acesso a informações na Câmara dos Deputados. Acesse a [cartilha e faça download](#). Fonte: Eratóstenes Lima.

Novo edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos é focado em Desenvolvimento Urbano

O Fundo Brasil de Direitos Humanos em parceria com a Fundação Ford, lançou o Edital Específico - Direitos Humanos e Desenvolvimento Urbano. O Fundo Brasil irá doar até R\$ 300 mil para apoio a projetos que tenham como pano de fundo a defesa e a promoção dos direitos humanos de comunidades e grupos vulneráveis, especialmente mulheres e negros/as, das regiões metropolitanas das capitais dos Estados impactados por projetos de desenvolvimento urbano de grande escala e/ou megaeventos esportivos. Inscrições pelos Correios, até o dia 23 de julho de 2012, dúvidas serão respondidas pelo email informacoes@fundodireitoshumanos.org.br. Acesse o [edital](#). Fonte: Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Pronatec Cursos de Idiomas e Qualificação Profissional para Copa

O Ministério do Turismo e o Ministério da Educação estão ofertando cursos profissionalizantes para cidades sede da Copa, serão oferecidas mais de 40 mil vagas. Os interessados poderão solicitar sua pré-matrícula no programa exclusivamente pelo site do Pronatec Copa www.pronateccopa.turismo.gov.br. O prazo de inscrição é até 16 de julho.

EXPEDIENTE

INSTITUTO BÚZIOS INFORME

Boletim Eletrônico Nacional

Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Aderaldo Gil, Atilias Lopes, Camila Valadao, Ciro Fernandes, Débora Anjos, Enoque Matos, Eva Bahia, Evani Lima da Silva, Guilherme Silva, Juciene Santos, Kenia Silva, Larissa Almeida dos Santos, Lidianny Fonteles, Luciene Lacerda, Luiz Felipe de Carvalho, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Ronaldo Oliveira, Silvanei Oliveira, Tereza Cristina Santos, Tom França, Viviane de Jesus.

COLABORADORES: Albérico Manoel, Aline Pacheco, Arlene Malta, Elenice Semini, Egidio Levi, Gil Nunes, Isa Araújo, Laudiceia Gomes, Milena Brasil, Tiago Paixão, Washington Dias.

Para retirar o seu nome da lista de distribuição do **INSTITUTO BÚZIOS**, envie uma mensagem para buzios@institutobuzios.org.br escrevendo na linha de assunto "Remover do cadastro".